

DO QUARTO DE DESPEJO À SALA DE ESTAR DA LITERATURA BRASILEIRA: ENSAIO SOBRE O DIÁRIO DE CAROLINA MARIA DE JESUS

FROM THE LUGGAGE ROOM TO THE LIVING ROOM OF BRAZILIAN LITERATURE: ESSAY ON CAROLINA MARIA DE JESUS' DIARY

Roberto Remígio Florêncio¹

Vlader Nobre Leite²

Roberta de Macedo Rodrigues³

RESUMO

Este manuscrito atualiza estudos sobre *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina de Jesus, procurando analisar sua ausência entre os cânones literários. Ao efetivar uma avaliação da escrita e o olhar de mulher negra e pobre, do século passado, exploramos os conceitos de autoficção, que define a escrita autobiográfica como uma ficcionalização espontânea, e o rompimento literário imposto ao contexto sócio-histórico. O objetivo foi demarcar a representatividade da escritora, a liberdade artística, possibilitada e valorizada pelo seu horizonte sócio-linguístico, e a autobiografia em forma de diário, ainda resistente no cenário da literatura brasileira. A Revisão Bibliográfica de caráter qualitativo proporcionou substancial contato com a temática e o acesso a outras fontes, incluindo os teóricos Candido (2006), Noronha (2014) e Ribeiro (2019), presentes no currículo de Teoria Literária do curso de Letras da Universidade de Pernambuco, campus Petrolina. Depois de 60 anos, o *Quarto de Despejo* continua atual: os problemas sociais, retratados de forma direta ou implícitos, ainda são reais na conjuntura social do país. Porém, o texto ainda é mais referenciado pela crítica social do que pela inovação linguístico-literária que expressamente apresenta nos relatos da primeira grande escritora negra brasileira. Acreditamos que a relevância da pesquisa está em apresentar essa literatura contestadora e libertária, que causou um abalo na estrutura editorial e artística da época.

PALAVRAS-CHAVE: Cânone Literário Brasileiro. Mulher negra. Autoficção. Teoria Literária.

ABSTRACT

This manuscript updates studies on *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, by Carolina de Jesus, seeking to analyze its absence among literary canons. In carrying out an evaluation of writing and the look of a poor, black woman from the last century, we explored the concepts of self-fiction, which defines autobiographical writing as a spontaneous fictionalization, and the literary disruption imposed on the socio-historical context. The objective was to demarcate the writer's representativeness, artistic freedom, made possible and valued by her socio-linguistic horizon, and the autobiography in the form of a diary, still resistant in the Brazilian literature scene. The qualitative Bibliographic Review provided substantial contact with the theme and access to other sources, including theorists Candido (2006), Noronha (2014) and Ribeiro (2019), present in the Literary Theory curriculum of the Literature course at the Universidade de Pernambuco, campus Petrolina. After 60 years, *Quarto de*

¹ Doutorando em Educação (UFBA); Mestrado em Educação e cultura (UNEB); Licenciado em Letras (UPE) e em Pedagogia (UNEB). E-mail: betoremigio@yahoo.com.br

² Mestrado em Letras (UFPB); Licenciado em Letras (UFPB); Bacharel em Direito (IPE). E-mail: vladernobre@hotmail.com

³ Graduada e Especialista em Letras, pela Universidade de Pernambuco – UPE. E-mail: roberto.remigio@ifsertao-pe.edu.br

despejo remains current: the social problems, whether portrayed directly or implicitly, are still real in the country's social situation. However, the text is still more referenced by social criticism than by the linguistic-literary innovation that it expressly presents in the reports of the first great black Brazilian writer. We believe that the relevance of the research is to present this challenging and libertarian literature, which caused a shock in the editorial and artistic structure of the time.

KEYWORDS: Brazilian Literary Canon. Black woman. Self-fiction. Literary theory.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca apresentar a importância da escrita de Carolina Maria de Jesus, especialmente na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*⁴, que se destaca por abordar, de forma inovadora e libertária, uma crítica social, em que a autora relata suas vivências no período entre 1955 a 1960, denunciando as mazelas do meio em que vive. A partir disso, o objetivo desse trabalho foi verificar de que forma o cânone literário se estrutura no cenário da literatura brasileira, buscando elucidar mecanismos de exclusão para compreender por que Carolina de Jesus não é reconhecida pela academia, apesar de ser um fenômeno de vendas e uma referência da literatura negra. Alguns críticos não a identificam como escritora por afirmarem que o livro *Quarto de despejo* não pode ser considerado como literário, alegando a ausência de ficcionalidade. Para contestar esse parecer, pretende-se explorar o conceito de autoficção, analisando traços que caracterizam a obra como fictícia.

Na verdade, a partir dos estudos da vida e obra de Carolina de Jesus, podemos refletir sobre a “censura” literária que opera nas instâncias de legitimação (mercado editorial, universidades, escolas, academias literárias, mídia), ao desvalorizar alguns escritores por levar em consideração a categoria social em que estão inseridos, e não o próprio texto. Vale trazer à tona um fato, no mínimo, curioso sobre a canonização de certos autores e o apagamento de tantos outros: em 2018, Conceição Evaristo disputou vaga na Academia Brasileira de Letras, ela poderia ser a primeira mulher negra a ocupar o cargo. Os outros dez concorrentes eram brancos. Apesar de uma forte campanha em seu favor, a instituição elege mais um homem branco, o cineasta Cacá Diegues, comprovando a homogeneidade presente na organização, que tem um percurso sinalizado pela exclusão de negros e mulheres.

Em vista disso, é possível perceber que, apesar dos avanços ocorridos ao longo dos anos, os padrões do patriarcado continuam prevalecendo nas instituições de poder, dado que a exclusão social gera a exclusão artística. Logo, é necessário reconhecer que Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus e outras escritoras negras instauram na literatura um

⁴ A primeira edição, pela editora Francisco Alves, foi lançada em 1960, com tiragem de 10 mil exemplares, que se esgotaram em apenas uma semana. Neste estudo, foi utilizada a edição número 10, da Editora Ática, de 2014.

movimento de contestação. Essa pesquisa surge, então, com o intuito de expressar a legitimidade da arte literária de Carolina, que utiliza do seu lugar de fala para manifestar um discurso de resistência em face da condição da mulher negra na sociedade.

1 BREVE CONTEXTO DA LITERATURA E DO EXISTIR/RESISTIR

A literatura é uma das manifestações artísticas do ser humano, bem como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de um leitor crítico e para compreensão das reflexões sobre a própria condição humana; possibilita o sujeito entender seus sentimentos e assumir, algumas vezes, formas de crítica à realidade e de denúncia social. Candido (1989) observa a literatura como um dos direitos do cidadão, uma vez que os textos literários são de suma importância para a formação, atuando como um instrumento formativo. Segundo o autor, “talvez não haja equilíbrio social sem a literatura”, porque ela “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 1989, p. 112-113).

A leitura dos textos literários promove o resgate de memórias, valores, o despertar de sentimentos, a liberdade de pensamento e criação, o desenvolvimento cultural e intelectual, além da compreensão a respeito das relações sociais. Assim, durante o ato de ler é permitido que o indivíduo reflita sobre sua realidade, sendo capaz de contestar e transformar a sociedade. A literatura age como um instrumento de humanização, pois nos coloca em contato com acontecimentos e realidades diferentes (CANDIDO, 2006, p. 117). O externo (matéria social) serve de inspiração aos escritores no momento da escrita (forma artística) e auxilia na análise e interpretação de uma obra literária. Isto posto, fica evidente a importância da literatura no nosso cotidiano, já que por meio dessa expressão artística o indivíduo é estimulado a compreensão da sua função no seu meio social e histórico. Contudo, no mundo atual, a literatura ocupa um espaço cada vez menor, em virtude de vários motivos, a exemplo disso está o fato da indústria cultural propagar um entretenimento voltado para outros meios, que não são os livros, como a televisão, os jogos, a internet, entre outros. Por outro lado, o texto literário passa a ser vendido como um objeto de consumo do sistema capitalista e consequentemente poucos conseguem ter acesso.

Dessa maneira, o sujeito é impossibilitado de refletir e criticar a sociedade a partir de uma visão sobre o texto, pois o processo de massificação literário tem um propósito unicamente mercadológico. Os autores passam a criar histórias que não levam em consideração seus princípios, seus modos de viver e pensar, para produzir livros somente com

a finalidade de obter maior número de vendas, o que resulta em narrativas que não desenvolvem o senso crítico, acarretando no leitor o processo de alienação. Isso prejudica a cidadania e interfere no ensino da literatura, na qual prevalece o estudo dos períodos literários, dos autores e suas principais características, ou seja, a disciplina enfatiza a perspectiva histórica e bibliográfica, afastando-se do mais importante, que é a análise e a leitura das obras literárias. Tal fator ocorre porque há uma tendência de padronização e homogeneização, em que a cultura de massa passa a controlar o que deve ser lido nas escolas e nas universidades, cabendo a ela o poder de valorizar ou não as produções literárias em curso, o que impede a presença de novas vozes, novas representatividades, fortalecendo o processo de exclusão de indivíduos já excluídos.

Por consequência, alguns escritores não conseguem que o seu livro seja divulgado, até mesmo publicado, dado que “Por trás da definição de literatura está um ato de seleção e exclusão, cujo objetivo é separar alguns textos, escrito por alguns autores do conjunto de textos em circulação” (ABREU, 2006, p. 39). Nesse contexto, é criada uma divisão, as pessoas acreditam que existem dois tipos de literatura: a alta literatura, isto é, de grande prestígio, por ser assentida pela academia e pelos críticos literários, e por isso marcada como indispensável e de grande expressão; e a de puro entretenimento, direcionada a população, julgada como um passatempo e apontada como insignificante. Portanto, a que é ensinada nas escolas e nas universidades é a alta literatura, deixando de lado uma pluralidade de vozes.

Tendo em vista essas considerações, propõem-se a pensar quais são os critérios utilizados para definir a “alta literatura”. Segundo Abreu (2006), a maioria dos críticos afirma que os critérios de seleção só têm a ver com a literariedade dos textos, isto é, não são relacionados aos elementos externos à obra. Todavia, sabemos que não é bem assim, pois existem textos escritos seguindo as normas padrão da língua, que por alguma razão podem não ser reconhecidos como literários. Isso ocorre porque há evidentes interesses comerciais que possuem um grande poder de censura estética, surgindo assim, às instâncias de legitimação, que controlam o que é a boa literatura, o que vai fazer “sucesso”, podendo consagrar ou excluir determinadas obras e escritores do campo literário. Essas instâncias são as universidades, os livros didáticos, as revistas habilitadas, as instituições de pesquisas da área e etc. Logo, o que está em jogo é “a difícil questão do valor, que tem pouco a ver com textos e muito a ver com posições políticas e sociais” (ABREU, 2006, p. 39).

Dalcastagnè (2008) destaca que mesmo com a ampliação dos meios publicação e divulgação “o campo literário brasileiro ainda é extremamente homogêneo” (p. 14). Surge, então, a discussão em torno do cânone literário, que consiste em um grupo seletivo de obras e

autores que são considerados referências na literatura e por isso o estudo dos mesmos é classificado como obrigatório. No entanto, sabe-se que quando é feita uma seleção, automaticamente há um ato de exclusão. Nas palavras de Compagnon (2001):

Identificar a literatura com o valor literário (os grandes escritores) é, ao mesmo tempo, negar (de fato e de direito) o valor do resto dos romances, dramas e poemas, e, de modo mais geral, de outros gêneros do verso e da prosa. Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão. Dizer que um texto é literário subentende sempre que um outro não é (p. 33).

Desse modo, o processo de canonização segrega muitos escritores e suas obras, fazendo com que deixem de ser estudados em razão de critérios determinados institucionalmente. É possível verificar isso quando pesquisamos por listas dos melhores e mais vendidos livros ou quando observamos quais autores são estudados nas escolas e nas universidades, uma vez que a maioria das obras pertence a uma classe predominante, geralmente homens, brancos e de classe média. Dalcastagnè (2008, p. 79) assim resume suas ideias: “De maneira um tanto simplista e cometendo alguma (mas não muita) injustiça, é possível descrever nossa literatura como sendo a classe média olhando para a classe média”.

Com o avanço das produções ao longo do tempo abrem-se novas perspectivas para a entrada de estilos e vozes que desenvolvem uma nova literatura, a chamada contemporânea. Encontra-se certa imprecisão em construir um conceito e estabelecer um período exato para tal expressão literária, pois segundo o dicionário Aulete (2011), *contemporâneo* significa algo que é do tempo atual, por isso entende-se como o que está em constante produção. Conforme Vieira e Rodrigues, “Quando enunciamos que alguma coisa é contemporânea, ao fim do enunciado, essa coisa já está ultrapassada” (2014, p. 3), as autoras consideram que esse termo é como um jogo entre o passado e o presente. Em razão disso, é possível dizer que a literatura contemporânea é diversificada, uma vez que mistura características de outras escolas literárias, mas permanece inovando em suas produções, tanto nos níveis semânticos, como gramaticais, ideológicos, temáticos e formais.

Essa estética literária aproxima-se mais da realidade, rompendo com valores tradicionais e trazendo o vazio existencial do homem. No entanto, verifica-se uma exclusão dessa literatura, visto que os critérios de canonização marginalizam algumas produções representativas dessa fase, e fazem isso por elas apresentarem conteúdos mais críticos e com teor de contestação política. Logo, o mercado editorial opera o que Pellegrini (2001) chama de “censura econômica”, e assim, ainda de acordo com a autora, “cada leitor aprende aos poucos a se inserir num universo de leitura, em que as coordenadas de escolha e fruição não

são estabelecidas “por si”, mas por todo um jogo mercantil cujas regras ele não conhece e que está bem distante das letras” (p. 84). Fica evidente que o campo literário exerce padrões de exclusão e que muitas vezes são eles a reprodução dos paradigmas da sociedade, com isso perde-se uma pluralidade de textos e leituras. Nesse cenário, muitos autores buscam espaço para propagação da sua voz e da sua escrita em uma resistência militante, muitas vezes, em lutas inglórias e/ou em situações mal interpretadas pela opinião pública. Porém, com a certeza de estar exercendo a literatura do existir, visto que “a arte existe porque a vida não basta”, nas palavras de Ferreira Gullar.

2 CAROLINA MARIA DE JESUS: NEGRA, POBRE, MARGINALIZADA

Nascida em 1914 na cidade de Sacramento, Minas Gerais, a autora frequentou a escola apenas até o segundo ano do antigo primário. Trabalhou na roça, como empregada doméstica, lavadeira, mas foi em 1947, mãe de três filhos, mudou-se para a cidade de São Paulo e foi morar na favela do Canindé, já exercendo o labor de catadora de papel. Apesar das dificuldades que enfrentava, não deixava de escrever em cadernos que aproveitava dos lixões. Até que o jornalista Audálio Dantas, produzindo uma matéria sobre a comunidade, conheceu e se impressionou com os relatos de Carolina.

Com total apoio de Dantas, a autora publica *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, em 1960, promovendo um forte abalo no sistema editorial e na indústria gráfica da época. Com o sucesso de vendas, a autora obteve dinheiro para mudar-se da favela. A princípio, seu texto causou certo espanto, mas logo, conquistou o mundo, sendo traduzido para 13 idiomas. Era admirável que, em pleno século XX, época na qual o preconceito e o machismo aconteciam em maiores níveis do que os atuais, surgisse uma mulher, negra e com baixíssimo grau de escolaridade capaz de cativar tantos leitores.

Como suas outras obras não tiveram o mesmo reconhecimento e ela voltou ao quadro de pobreza, surgiram insinuações de que a obra se tratava de uma farsa. Mas, a escrita de Carolina foi assim descrita por Manuel Bandeira: “ninguém poderia inventar aquela linguagem, aquele dizer as coisas com extraordinária força criativa mas típico de quem ficou a meio do caminho da instrução primária” (apud JESUS, 2014, p. 7).

Quarto de despejo é um diário em que a personagem autobiográfica relatava o seu dia a dia como catadora de papel e moradora de uma das maiores favelas de São Paulo. Mesmo com um grau de escolaridade pequeno, a protagonista adorava ler e escrever, como afirma em “Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler” (JESUS, 2014, p. 19). Ela sonhava em ser

escritora e por isso estava sempre dedicando um pouco do seu tempo à leitura e à escrita em seus cadernos, neles contava um pouco das suas vivências e angústias. Diante de toda dificuldade encontrada, não deixava de acreditar que, através das suas linhas cursivas, ela poderia representar a si e ao mundo em que vivia.

Entretanto, o ato de gostar de ler e escrever eram desconhecidos e, portanto desprezados pelos seus vizinhos, como mostram os fragmentos “Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você”, “Está escrevendo, negra fídida!” (JESUS, 2014, p. 19-20). Para Perrot (2005, p. 271), “A mulher autora, esta pretensa literata, é detestada, atrai para si todos os sarcasmos. Uma mulher que escreve e, sobretudo que publica, é uma mulher desnaturada”. Isso ocorre porque ao longo dos séculos foi criado pela sociedade um estereótipo da mulher que era submetida a casar, ter filhos e cuidar da casa, uma representação marcada por silenciamento e diferentes tipos de violência.

Quando se trata da figura da mulher negra, os estudos que englobam as questões de gêneros discutem que essa permanece num patamar ainda mais invisível do que as mulheres brancas, uma vez que raramente ganham papéis de destaque na literatura, seja como protagonistas ou escritoras, e até mesmo no meio social, na ocupação de cargos renomados. Deve-se isso a construção histórica que conforme Ribeiro (2019), estabeleceu um padrão associando a imagem da mulher negra somente ao corpo, sem considerar o seu lado intelectual. Sob esse aspecto, a mulher negra subsiste em uma terceira margem, condicionada pelo seu gênero, cor e status econômico, ocupando a posição de “Outro do outro” (RIBEIRO, 2019, p. 38).

Na maioria das vezes que há a presença de mulheres negras na reprodução de obras literárias de escritores brasileiros, a imagem dessas são sustentadas na trajetória de escravidão, na qual as personagens ocupam papéis de empregadas domésticas, amantes entre outros. Tais funções são fundamentadas em uma narrativa racista, efetivando, dentro do percurso literário um caminho de negligenciamento, em que quase sempre a figura da mulher negra é marcada por invisibilidade contornando um estado de dependência e serventia.

Embora tenha se estendido às discussões que envolvem as noções de gêneros e etnias, ainda há muitos paradigmas para serem quebrados, afinal, o panorama situacional dos negros do Brasil, vem sendo ignorado desde da constituição do território do país pelas mais diversas áreas. Por este motivo, apesar de Carolina ter sido considerada um marco na escrita feminina negra brasileira, nem o seu nome, nem o de outras escritoras negras estão presentes na lista dos cânones literários. Assim, é notória a exclusão que percorre a nossa literatura, dado que as instâncias legitimadas que definem o que deve ser lido por muitas vezes silenciam algumas

vozes, que fazem parte de uma classe marginalizada, pertencente a um sistema capitalista em que há um predomínio do branco em relação ao negro e do homem em relação à mulher.

Em função disso, durante muito tempo a história vem sendo contada por uma perspectiva única, pela visão, saberes e modos de viver da classe mais alta, cometendo o que Spivak (2010) chama de “violência epistêmica”, pois sabendo que não existem sujeitos únicos, também não existe uma só história. Segundo essa autora, à classe de pessoas que se enquadram na condição de subalternidade é negada o direito de falar e ser ouvido, compreendendo como subalterno “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (2010, p. 12). Ainda de acordo com essa teórica, são várias as formas de emudecimento do indivíduo excluído, sendo uma delas a falsa representação, em que pessoas de outro grupo falam no lugar de uma categoria, como se essa não fosse capaz de se representar sozinha.

Em virtude do que foi mencionado, é importante discutir, bem como diferenciar os estudos em torno de conceitos como representatividade e lugar de fala. Entende-se por representatividade a conexão entre a fala e a imagem de uma pessoa, que constituem em interesses do seu grupo e reproduz as discriminações ou os privilégios pelas marcas que conserva da sociedade. Em contrapartida, é preciso compreender que cada pessoa possui experiências únicas, logo, cada um terá um olhar diferente ao falar sobre elas, levando em consideração as vivências do meio social que está inserido. Levanta-se, então o debate sobre lugar de fala, que tem como objetivo garantir espaços para que cada grupo se afirme na esfera que ocupa e possa reproduzir sua própria voz, não necessitando que isso seja feito por meio de estudos e olhares de outras pessoas (RIBEIRO, 2019).

Conforme Ribeiro (2019, p. 64), “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir”, isto é, é necessário buscar e garantir oportunidades para a afirmação das diferentes expressões. É essa busca por voz, reconhecimento e melhores condições de sobrevivência que Carolina pretende alcançar, como ela própria reivindica: “Hoje eu estou com frio. Frio interno e externo. Eu estava sentada ao sol escrevendo e supliquei, oh meu Deus! Preciso de voz” (JESUS, 2007, p. 152).

O texto de Carolina é marcado pelo estereótipo de mulher negra, grupo que integra um lugar de fala particular. A escritora vale-se do local em que está incluída para traçar aspectos da sua realidade e faz uso da prática adquirida nesse ambiente para criticar e denunciar a sociedade da época. Para tal, ela dispõe do poder da escrita como artifício para compor a figura da mulher que tem livre arbítrio para manifestar sua própria opinião, sem demandar de

alguém que faça isso em seu lugar.

Por intermédio de *Quarto de despejo*, foi apresentada ao campo literário brasileiro uma veracidade até então desconhecida pela literatura, tornando o livro um destaque de vendas, com tiragem esgotada nos primeiros dias. Entretanto, vale destacar que mesmo que esse tenha sido o título mais ilustre, que projetou o nome da autora popularizando-a no Brasil e em vários outros países, ela fez publicações de outros livros, sem nenhum sucesso. *Casa de alvenaria*, publicado em 1961, também em formato de diário e editado por Audálio Dantas, relata o cotidiano de uma ex-favelada. Esse segundo livro, uma continuação do primeiro, em que Carolina realiza seu sonho de sair da favela para morar em uma casa, não obtém o reconhecimento público. A crítica agora está centrada em invisibilizar a ruptura ocorrida e a sociedade não se interessa pela figura da mulher negra e pobre, agora, legitimada como escritora.

Em 1986, depois da morte da escritora, esquecida e devolvida à periferia socioartística, foi lançado mais um de seus cadernos, *Diário de Bitita*, na qual a autora apresentava suas recordações, desde a infância na cidade de Sacramento, até os lugares que percorreu na adolescência. Neste diário, a personagem descreve as discriminações que ela sofreu por ser um mulher negra, enfatizando a injustiça social e a exploração sofrida pelos negros no Brasil. Além das obras citadas, vale mencionar poemas, romances e vários outros cadernos que complementam a vasta produção de Carolina. No entanto, como as outras obras não foram reconhecidas pela sociedade, não atingindo sucesso de vendas ou amparo crítico, a escritora foi silenciada por muitos anos. Dalcastagné (2008, p. 96) assim define esse expediente: “É como se alguém como Carolina Maria de Jesus não soubesse mais do que escrever um diário, reservando-se o “fazer literatura” àqueles que possuem legitimidade social para tanto – especialmente os homens, brancos, de classe média”. Contudo, graças ao avanço dos movimentos sociais e dos estudos sobre gênero, etnia e lugar de fala (RIBEIRO, 2019), nos últimos anos alguns nomes de escritoras negras vêm ganhando mais visibilidade. Assim, Carolina volta novamente aos holofotes e *Quarto de despejo* retorna como um dos livros mais vendidos. Logo, surge uma onda de trabalhos, sejam teses, artigos ou livros em torno de sua vida e obra.

A importância do reconhecimento de escritoras negras alerta para a dimensão dessa escrita que possibilita a quebra de preconceitos e a inserção da mulher no mundo, como sujeito ativo, crítico e proprietária do seu espaço no meio social. Relacionando-se à representação da mulher negra na literatura brasileira, Conceição Evaristo afirma que:

[...] as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma *auto-representação*. Criam, então, uma literatura em que o *corpo-mulher-negra* deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como *sujeito- mulher-negra* que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o *lugar da escrita*, como direito, assim como se toma o *lugar da vida* (2005, p. 54).

Por esse ângulo, pode-se afirmar que, com a inclusão das mulheres negras tanto na literatura, como em outras esferas de poder abre-se novas possibilidades para uma retificação da historiografia, campo em que essa categoria é marginalizada e subalternizada pela cultura dominante.

Dado o exposto, o texto de Carolina ressalta a importância da história a partir da concepção dos que veem de baixo, por meio dele muitas pessoas passaram a conhecer mais sobre a realidade dura dos favelados, alertando para os problemas sociais e reproduzindo não só a voz da autora, como também a de todo um povo que se identifica com a sua história. Assim, apresenta uma literatura contestadora e de forte crítica social, partindo da sua perspectiva, sendo ela, dona da sua própria história.

3 A OBRA E SEUS TRAÇOS DE AUTOFICCIONALIDADE

Quarto de despejo revela vários aspectos da sociedade paulista na década de 50, época marcada pelo pensamento moderno no país, na qual a população rural migrava para cidade, devido ao crescimento das indústrias brasileiras em busca de empregos e melhores condições de vida. Na medida em que, a cidade de São Paulo crescia, cresciam também o número de pessoas que iam parar nas favelas. Essas são comunidades resultantes das desigualdades sociais existentes e das condições precárias que vivem a classe mais baixa da população. Tal modalidade habitacional surgiu em decorrência da ausência de políticas para administração das condições de infraestrutura e planejamento no processo de urbanização, ocasionado pelo fenômeno da industrialização. Nesse cenário, as pessoas que não tinham condições financeiras para morar nas demais regiões da cidade, acabavam invadindo outros espaços e construindo casas improvisadas. O caso da favela do Canindé, espaço principal em *Quarto de despejo* não foi diferente, lá vivia pessoas com baixa renda e baixa qualidade de vida. Conforme Santos e Borges (2013):

Os primeiros barracos do Canindé surgiram quando o governador Ademar de Barros (1901-1969) quis limpar o centro da cidade e mandou caminhes levarem moradores de rua para “qualquer lugar”, e esse acabou sendo as margens do rio Tietê, paisagem

de lixo e urubus (pp. 2-3).

Os relatos exibidos no livro foram redigidos em formato de diário, uma agenda íntima organizada por datas, na qual Carolina expressava as recordações e o dia a dia de uma mulher, pobre, negra, mãe solteira e semianalfabeta, que encontra na escrita não somente uma forma de denunciar, como também desabafar. Trata-se de um tipo de texto autobiográfico, que por ser uma escrita pessoal traz mais exatidão da experiência vivida.

De acordo com Querido (2012, p. 882): “para analisarmos uma obra autobiográfica, temos que levar em consideração que o próprio (re)escrever a vida já é uma releitura e, assim sendo, passível de novas versões”, isto é, o escritor(a) ao contar a sua história reinventa-se, sendo quase impossível uma narração fiel dos fatos. Nesse sentido, levantam-se os estudos sobre a autoficção, termo empregado por o francês Serge Doubrowsky pela primeira vez em 1977, a partir dele é possível traçar uma linha “entre o que foi ou é vivido – e o que é inventado” (NORONHA, p. 33) dentro de um texto autobiográfico.

Tendo em vista esse conceito, busca-se verificar os aspectos de autoficcionalidade que envolve a obra *Quarto de despejo*. O diário em questão é rico de memórias detalhadas, com cenas expostas de maneira que o leitor consegue imaginar e refletir sobre o que está sendo lido. Ao narrar sobre sua vida, a escritora percorre o seu interior, reportando a lembranças de fatos que já aconteceram, que estão acontecendo e referindo-se ainda, a possíveis desejos, isso é justificável porque a memória é:

O ponto de partida e chegada; ela nos enche de sentido. Recriamos o legado de gerações e de tantas contribuições significativas ao conhecimento humano, com os olhos e os filtros de hoje. Neste processo, contracenam o individual e o coletivo, o antigo diante do novo e, ao apropriar-se do que ainda é desconhecido, revelamos contrastes, semelhanças e diferenças. Portanto, a memória mistura tudo: sensações, emoções e lembranças (PLACO; SOUZA, 2006, p. 26).

Além de escritora, Carolina é personagem e narradora, condição na qual Lejeune (1998) define como pacto autobiográfico, que é notado ao verificar que a identificação autoral que está explícita na capa do livro é a mesma da narradora e protagonista da história. Assim, a ocupação desses três papéis possibilita a contagem dos fatos como e na ordem que ela quiser, bem como a omissão ou inserção de alguma memória, dado que “não é possível se contar sem construir um personagem para si, sem elaborar um roteiro, sem “dar feição” a uma história. [...] não existe narrativa retrospectiva sem seleção, amplificação, reconstrução, invenção” (NORONHA, p. 187).

Desse modo, uma das particularidades que aponta para o caráter ficcional dessa escrita é a dualidade apresentada pela autora, em que alguns momentos consideram-se diferentes dos demais moradores da favela por não gostar de brigas, nem de vícios, pelo contrário preferir ler e escrever, construindo uma barreira imaginária que a diferencia dos seus vizinhos. Ela relatava o desgosto em estar inserida naquele meio e acreditava que seu tempo ali seria provisório, como mostra o trecho “Estou residindo na favela. Mas se Deus quiser me ajudar hei de mudar aqui” (JESUS, 2014, p. 20). Entretanto, em outras páginas manifesta as mazelas vivenciadas pelos favelados, criticando e denunciando essa situação de abandono do governo para com eles, e dessa vez incorpora-se como um deles: “Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho” (JESUS, 2014, p. 37).

A narrativa compõe as angústias de uma classe marginalizada, transcrevendo problemas sociais como a violência, o alcoolismo, o descaso dos políticos para com a população e o principal deles: a fome. Carolina saía às ruas quase todos os dias procurando papelões ou ferros para vender, com o dinheiro sustentava os seus três filhos, dizia que catava tudo, menos a felicidade. Algumas vezes por não ter o dinheiro para comprar comida era obrigada a pegar no lixo, como mostra o fragmento “Não havia papel nas ruas. Passei no frigorífico. Havia jogado muitas linguças no lixo. Separei as que não estavam estragadas. (...) Eu não quero enfraquejar e não posso comprar. E tenho um apetite de Leão. Então recorro ao lixo” (JESUS, 2014, p. 93).

No início de algumas das páginas a autora começa descrevendo qual era o seu saldo naquele dia e o que daria para comprar com ele. No dia 13 de maio que se comemoraria a abolição da escravidão ela só tinha em casa feijão e sal, por isso afirma que “lutava contra a escravatura atual – a fome!” (JESUS, 2014, p. 32). Por intermédio desse tema a personagem sensibiliza o leitor, narrando todas as sensações que sente quando tem o que comer e quando não tem, afirmando que amarela é a cor da fome. Nesse ciclo, observa-se a ficcionalização na definição de uma cor que reproduz o vazio causado pela fome, esse fator serve para despertar a comoção do leitor, possibilitando maior reflexão. A metáfora, figura de linguagem utilizada na comparação acima é facilmente encontrada em outros trechos, tal representação é empregada com o intuito de ressignificar a multiplicidade de sentidos das palavras. No segmento: “Todos os dias é a mesma luta. Andar igual um judeu errante atrás de dinheiro, e o dinheiro que se ganha não dá pra nada” (p. 66), a protagonista associa-se com o povo judaico identificando-se como um sujeito que vive à margem da sociedade, desapropriado de um lugar próprio.

Ainda que a escrita de Carolina se resulte na experiência retratando as mazelas da

classe que ela está inserida, é notória a presença da imaginação e da fabulação em alguns momentos, pois “ao escrever, caímos na armadilha das palavras e que, por vezes, a literatura ganha vida e escolhemos o estilo em detrimento dos fatos e acontecimentos” (NORONHA, 2014, p. 227). Uma das páginas que aponta para esse diálogo entre o que é vivido e o que é fantasiado é registrada no dia 2 de setembro, na qual a personagem conta:

Eu durmi. E tive um sonho maravilhoso. Sonhei que eu era um anjo. Meu vestido era amplo. Mangas longas cor de rosa. Eu ia da terra para o céu. E pegava as estrelas na mão para contemplá-las. Conversar com as estrelas. Elas organizaram um espetáculo para homenagear-me. Dançavam ao meu redor e formavam um risco luminoso (JESUS, 2014, p. 120).

Nessa passagem, observa-se a linha tênue entre o empírico e o imaginário, uma vez que ao recordar e fazer o relato do episódio sonhado ela idealiza e fantasia recorrendo ao “espetáculo organizado pelas estrelas” para expressar o desejo por ser reconhecida como escritora, mas logo no parágrafo seguinte ao acordar volta para realidade: “Quando despertei pensei: eu sou tão pobre. Não posso ir num espetáculo, por isso Deus envia-me estes sonhos deslumbrantes para minh’alma dolorida” (JESUS, 2014, p. 120). Outro aspecto que denota o pensamento imaginativo em oscilação com flertes da realidade é constatado no fragmento:

Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. É preciso criar este ambiente de fantasia para esquecer que estou na favela (JESUS, 2014, p. 58).

Dessa forma, a escritora ia traçando as circunstâncias experimentadas no seu cotidiano, utilizando a favela como plano de fundo principal para tecer suas histórias. Atendendo a esse retrato, ela contava sobre as brigas, roubos, assédios, violência doméstica, os vários casos de pessoas viciadas em álcool, que deixavam de comprar comida para comprarem bebida. Referia-se aos favelados sempre como pessoas violentas: “As mulheres da favela são horríveis numa briga. O que podem resolver com palavras elas transformam em conflito. Parecem corvos, numa disputa” (JESUS, 2014, p. 50).

Em vários momentos, ela direcionava-se aos políticos, que não agiam em defesa das classes marginalizadas, eram corruptos, e só apareciam em épocas de eleição, faziam promessas para os moradores, mas quando ganhavam sumiam, por este motivo ela afirma que quem deve dirigir o país é quem já passou fome, que conhece de perto a realidade dos mais pobres, como mostra o trecho “Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre” (JESUS, 2014, p. 39).

Se de um lado a metrópole paulista se desenvolvia, com inúmeras fábricas, prédios e lojas, por outro mais pessoas passavam a morar nos “quartos de despejos”, espaços sem proteção do estado, onde não havia investimento nos meios sociais como saúde, educação e infraestrutura, e sem acesso a esses meios às pessoas não tinham oportunidades de emprego e isso acarretava no aumento da desigualdade social. Em razão disso, o título da obra surge mediante a denominação da favela como o chiqueiro de São Paulo:

As oito e meia da noite eu á estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 2014, p. 37).

Essa passagem que consagra o título do diário é poética e metafórica, a alegoria empregada produz o sentido figurado, incorporando o quarto de despejo como um local onde se coloca coisas velhas, que já não são mais usadas. E é dessa forma que Carolina se sente, como um “rebotelho”, sem prestígio na sociedade. Esse ambiente retratado por ela era caracterizado pela miséria e pela violência, em que passava por lutas diárias e raros momentos de felicidade, perdendo assim o gosto por viver, e em um dado momento declara “não há coisa pior na vida do que a própria vida” (JESUS, 2014 p. 165).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dona de um discurso de resistência, reafirmado pela conjuntura sociocultural dos dias atuais, Carolina se destaca entre as escritoras negras do Brasil contemporâneo por seu pioneirismo em desafiar os padrões com sua linguagem simples, verdadeira e emocionada. Os relatos, as críticas e as reflexões expostos em *Quarto de despejo* levaram/levam para muitos o conhecimento das mazelas por que passam aqueles seres humanos que moram nas periferias e, de todas as formas, sofrem os efeitos da marginalização, seja socioeconômica, artística ou humana e, para isso, é preciso denunciar os preconceitos explícitos, como o racismo, e os velados, como o literário. É possível afirmar que, mesmo decorridos 60 anos da primeira impressão, as situações narradas no *diário* apresentam temas atuais e espinhosos, e que as denúncias expostas ainda ali permanecem no cotidiano da maioria da população brasileira: dos que a vivenciam todos os dias e dos que se importam com elas.

Nas páginas de seu pequeno *diário*, aparentemente preocupada apenas com sua condição particular de sobrevivência, Carolina manifesta uma narrativa íntima e ao mesmo

tempo coletiva, na qual expõe relatos vividos em um ambiente apontado como violento e marcado por vários dilemas. Sem dúvida, a leitura de *Quarto de despejo* traz uma reflexão sobre o racismo e as desigualdades, mas, sobretudo, sobre as injustiças.

A autora traz sua emoção sem se perder no emotismo comum aos textos popularescos, oportunizando conhecimentos sobre a realidade sem apresentar um discurso panfletário, mas introspectivo e, muitas vezes, racional. O que, de forma contundente, também desestabiliza a compreensão tradicional do que se espera da escrita literária.

Afinal, a literatura é um recurso indispensável na prática da construção do conhecimento, pois permite um novo (e diferente) contato com o real, em que a percepção de mundo pode se dar de forma metafórica, fantástica, contundente, verossímil e emocional, características presentes na obra de Carolina. Por isso, reafirmamos a crítica de percebermos pouco destaque para a autora nos livros didáticos e no cânone literário brasileiro, e defendemos que é preciso oportunizar e garantir a presença e a propagação de vozes de outras estéticas, como o reconhecimento e a visibilidade de escritores e escritoras negras, ação fundamental no processo da democratização do campo literário. Consideramos a importância de trabalhar também escritores e escritoras nordestinos, LGBTQIA+, imigrantes, marginalizados e periféricos, no intuito de apresentar mais exemplares para o vasto horizonte multicultural brasileiro (FLORÊNCIO; TRAPIÁ FILHO; VIANA; MELO, 2020). E, ao apresentar *Quarto de despejo: diário de uma favelada* em sala de aula, acreditamos que se trata de excelente oportunidade para professores e estudantes construírem uma reflexão sobre os problemas que afligem o país, o racismo estrutural, a marginalização dos pobres e das mulheres, a estruturação das cidades e a história da formação do povo brasileiro, entre outros debates suscitados pelo livro.

Na área de linguagem, e de forma interdisciplinar, é possível trabalhar com o gênero diário, níveis de linguagem, preconceito linguístico e, baseando-se nesse estudo, os preceitos internos que regem o cânone literário, as literaturas de resistência e o poder econômico sobre a produção artístico-literária no Brasil, em diferentes contextos. Em razão disso, justifica-se o resgate da obra tanto para o meio acadêmico, em razão de uma discussão ampla sobre a produção literária, quanto para a área de educação básica, no intuito da formação do pensamento crítico, da percepção da multiculturalidade e da construção de novos conceitos sobre a literatura, principalmente em relação à produção e recepção das artes no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Cultura letrada**: literatura e leitura. São Paulo: UNESP, 2006.

AULETE, C. **Minidicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

CAMPOS, T. **Escrita feminina negra**: contribuições para os estudos literários, feministas e de gênero. Paraná: Revista Línguas & Letras v. 15, n. 30, 2014.

CANDIDO, A. **Direitos Humanos e Literatura**. In: FESTER, A. C. R. (Org.) Direitos humanos. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Literatura e Sociedade**. 9º ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

COMPAGNON, A. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Belo horizonte: UFMG, 2001.

DALCASTAGNÈ, R. **Literatura contemporânea**: um território contestado. São Paulo: Horizonte, 2012.

_____. **Um território contestado**: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. Iberic@ I: Revue d'études ibériques et ibéro-américaines, v. 2, p. 11-15, 2012.

_____. **Ver e imaginar o outro**: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea. São Paulo: Horizonte, 2008.

EVARISTO, C. **Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira**. Revista Palmares: Cultura Afro-brasileira, n. 1, p. 2005.

FLORÊNCIO, R. R.; TRAPIÁ FILHO, J. S. A.; VIANA, A. M. A.; MELO, A. S. A S. A **Poética de Miró**: Uma Representatividade Negra e Periférica da Literatura Brasileira Contemporânea. Revista Id on Line Multidisciplinar, vol. 14, número 52, 2020.
DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v14i52.2688>

JESUS, C. M. **Quarto de Despejo**: Diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

LEJEUNE, P. **El pacto autobiográfico y otros estudios**: el mundo iluminado. Ciudad de México: Lumen, 1998.

NORONHA, J. M. G. **Ensaio sobre a autoficção**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

PLACCO, V. M. N. S.; SOUZA, V. L. T. **Aprendizagem do adulto professor**. São Paulo: Loyola, 2006.

PELLEGRINI, T. **Ficção brasileira contemporânea**: ainda a censura? Maringá: Acta Scientiarum, v. 23, n. 1, p. 79-86, 2001.

QUERIDO, A. **Autobiografia e autorretrato**: cores e dores de Carolina Maria de Jesus e Frida Kahlo. Revista Estudos Feministas, n. 20, p. 881-899, Santa Catarina, 2012.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

SANTOS, L. G. A.; BORGES, V. R. **Quarto de despejo**: o espaço na obra de Carolina de Jesus. In: Anais do SILEL, Uberlândia: EDUFU, v. 3, n. 1, p. 1-8, 2013.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010 PERROT, M. **As**

mulheres ou os silêncios da história. Bauru: Edusc, 2005.

VIEIRA, D. C. P.; RODRIGUES, G. H. **A literatura contemporânea e o ensino.** Revista Encontros de Vista, n. 13, 2014.